



Os mais de 50 representantes das organizações membros do Fórum para a Conservação do Mar Patagônico e Áreas de Influência, reunidos em sessão plenária em Puerto Pirâmides, Argentina (26-30 de agosto de 2024), e no âmbito da celebração de seus 20 anos de trabalho,

Declaramos e mantemos nosso compromisso de:

1. Continuar trabalhando para aumentar a conscientização da sociedade sobre a necessidade de cuidar dos oceanos e das formas de vida que eles abrigam.
2. Contribuir ativamente para a Meta 3 da Estrutura Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, que visa à conservação efetiva de 30% das áreas terrestres, de águas continentais, costeiras e marinhas até 2030.
3. Manter os esforços para expandir e fortalecer as áreas marinhas protegidas nos mares do Chile, Argentina, Uruguai e sul do Brasil, onde reafirmamos nosso compromisso com:

A criação do Parque Nacional Albardão, no sul do Brasil, para proteger os ecossistemas marinhos, a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável local. O processo de criação está em seus estágios finais pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil.

A criação da Área Marinha Protegida Bentônica Agujero Azul na Argentina, que contribuirá para proteger os fundos marinhos com ecossistemas marinhos vulneráveis de alta biodiversidade e cânions submarinos que favorecem o sequestro de carbono e contribuem para a mitigação das mudanças climáticas.

A criação da Área Marinha Protegida Frente Valdés, na Argentina, para conservar parte de uma frente de maré produtiva de grande valor para a conservação de aves marinhas e mamíferos marinhos que se reproduzem e se alimentam ao longo das costas e no mar do Cone Sul.

A implementação de um sistema de Áreas Marinhas Protegidas conectadas na Antártica, em particular na Península Antártica (Domínio 1), juntamente com o progresso na regulamentação da pesca de krill.

A criação no Chile de novas áreas protegidas em ecorregiões marinhas pouco representadas, proporcionando conectividade de ecossistemas e espécies importantes e incorporando critérios relacionados aos efeitos da mudança climática.

A implementação efetiva do recém-criado Parque Marinho da Ilha e Ilhota de Lobos e do ambiente submerso no Uruguai, como uma estratégia fundamental para a conservação dos ecossistemas marinhos e um passo fundamental para proteger a margem e o talude continental, incluindo as cabeceiras dos cânions submarinos e os recifes de coral que foram priorizados na estratégia nacional do país.

4. Reconhecendo que a meta 3 do 30x30 só se traduzirá em mudanças positivas se as áreas protegidas conectarem e salvaguardarem amostras representativas de habitats e formas de vida, integradas em uma matriz administrada de forma equitativa e eficaz, mantemos e reforçamos nosso compromisso de:

Promover e acompanhar processos de planejamento espacial marinho que nos permitam uma gestão estratégica do uso dos mares do Cone Sul e garantir que as atividades humanas não comprometam a integridade dos ecossistemas e sua biodiversidade.

Apoiar a criação de uma rede de áreas marinhas protegidas e a mitigação dos impactos negativos das atividades costeiras e offshore, garantindo a preservação de espécies e ecossistemas.

Fortalecer os processos para o desenvolvimento de planos de gestão e programas de monitoramento para garantir a implementação eficaz e inclusiva das áreas protegidas.

5. Proteger ambientes e espécies fundamentais para a integridade ecológica do Mar Patagônico, reconhecendo que os avanços das atividades humanas sem considerar os danos ambientais representam uma ameaça inaceitável em um contexto de crise global de perda de biodiversidade, poluição e mudanças climáticas. Nesse sentido, declaramos:

Nossa grande preocupação com a possível instalação de um terminal de carregamento de hidrocarbonetos em Punta Colorada, no Golfo de San Matías, parte de uma importante biorregião da Argentina. Esse projeto está em andamento após a modificação da Lei 3308 da Província de Rio Negro, que proibia expressamente qualquer atividade de hidrocarbonetos no Golfo San Matías, reconhecendo o valor da área e sua biodiversidade. Solicitamos que seja anulada a modificação da lei que permitiu o avanço dessa obra, que coloca o golfo e suas espécies em enorme risco, ameaçando as áreas protegidas costeiras

circundantes e as comunidades locais que se desenvolvem graças a esse ambiente natural saudável.

Nosso repúdio às atividades de prospecção e exploração de hidrocarbonetos offshore em áreas de valor excepcional para a integridade ecológica dos mares do Cone Sul.

Nossa defesa de áreas marinhas protegidas livres da criação industrial de salmão no Chile, em qualquer uma de suas categorias, e reiteramos nosso apelo para que sejam reforçadas as ações e sanções para respeitar e fazer cumprir as normas ambientais.

Nossa rejeição à tentativa de avançar na produção de salmonídeos na Argentina, onde reafirmamos a defesa que a sociedade demonstrou ao aprovar a lei provincial 1.355 que proíbe o cultivo e a produção de salmonídeos nas águas jurisdicionais da Terra do Fogo.

Nosso compromisso de apoiar e promover a gestão eficaz de AMPs de uso múltiplo onde atividades, como a pesca industrial, devem ser regulamentadas. Nesses casos, deve ser desenvolvido e implementado um plano de gestão da pesca baseado na abordagem do ecossistema, sob um rigoroso programa de monitoramento, controle e fiscalização.

Nosso compromisso de promover esforços conjuntos em escala regional, na Argentina, no Uruguai e no Brasil, para a conservação do golfinho Franciscana (*Pontoporia blainvillei*), uma espécie endêmica ameaçada pela captura acidental em redes de pesca artesanal.

6. Em uma perspectiva global, é de vital importância ratificar o Acordo sobre a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha além das Jurisdições Nacionais (BBNJ), por isso conclamamos os países do Cone Sul a:

Assinar e ratificar esse tratado prioritário para implementar medidas de conservação baseadas em áreas e o uso sustentável e equitativo de recursos genéticos em alto mar.

Apoiamos a proposta apresentada pelo Governo do Chile de estabelecer a sede da secretaria técnica do tratado na cidade de Valparaíso, como a primeira sede da ONU em um país sul-americano.

7. Defendemos a importância de avançar no Tratado Global de Plásticos, que é fundamental para encontrar soluções para a poluição no mar e seus impactos na saúde de todas as formas de vida.

8. Por fim, e no contexto de todos esses desafios, o cumprimento do Acordo de Escazú é fundamental para garantir o acesso à informação, a participação pública e a justiça em questões ambientais, como direitos básicos para promover as mudanças necessárias nas

políticas e uma gestão eficaz, participativa e inclusiva das Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas na região.

---

---

O Fórum para a Conservação do Mar Patagônico e Áreas de Influência é uma coalizão internacional de 28 organizações da sociedade civil de quatro países que foi criada para articular esforços para a preservação dos mares do Chile, Argentina, Uruguai e sul do Brasil (<http://marpatagonico.org>).